

O TESTAMENTO DE IRMÃO FRANCISCO: LEMBRANÇA, ADMOESTAÇÃO, EXORTAÇÃO*

THE FRIAR FRANCIS OF ASSISI TESTAMENT:
REMEMBRANCE, ADMONITION, EXHORTATION

Grado Giovanni Merlo **

Correspondência

Departamento di Studi Storici
Università degli Studi
Via Festa del Perdono, 7
Milão – Itália, 20122
E-mail: grado.merlo@unimi.it

Resumo

O Testamento de frade Francisco de Assis representa um texto eminente para a reconstrução da experiência religiosa e da proposta cristã do Pobrezinho. Por isso será feita uma leitura pontual de partes de um texto que deveria ser 'uma lembrança, uma admoestação, uma exortação' e o Testamento que frade Francisco deixaria para os seus frades/irmãos da geração contemporânea e das gerações futuras. O valor quase normativo desse escrito se revela na vontade de guardá-lo sempre perto da Regra: uma maneira anômala, mas extremamente eficaz.

Palavras-chave: Irmão Francisco de Assis; Testamento; experiência religiosa.

Abstract

The *friar Francis of Assisi Testament* is an outstanding text for the reconstruction of religious experience and Christian Poverello proposal. So we will make a point of reading of parts of a text that should be 'a remembrance, an admonition, an exhortation' and the Testament that Francis friar would leave his brothers / brothers of the present generation and future generations. The almost normative value of this writing is revealed in the will to always keep it close to the rule: an anomalous but extremely effective way.

Keywords: Friar Francis of Assisi; Testament; religious experience.

* Traduzido do original “Il Testamento di frate Francesco: ricordo, ammonizione, esortazione” por Marta Pereira dos Santos Zanini. Mestre em Letras e Linguística (UFG). Professora de Língua Portuguesa, na Rede de Ensino Municipal de Goiânia, e de Língua Italiana (Italianoggi – Curso Livre de Italiano).

** Presidente da Sociedade Internacional de Estudos Franciscanos, Assis, Itália. Foi Professor de História do Cristianismo na Università degli Studi de Milão. Atualmente, é professor de Storia Medievale na Scuola Normale Superiore de Pisa.

Aqui se propõe um percurso de leitura de um texto extraordinário, que é o Testamento de irmão Francisco, ditado no final de sua vida: estamos no início do outono de 1226.

Então, a primeira questão: o que levou Francisco, filho de Pietro di Bernardone, a mudar radicalmente de vida e escolher caminho do Evangelho? A questão está entre as mais visitadas pelas muitas hagiografias escritas ao longo dos séculos. O tema da conversão é fascinante: atrai e leva a escrever páginas e páginas. Cada autor coloca o seu empenho criativo. Mais simples e imediato é ler o que escreve o próprio Francisco:

“Assim o Senhor deu a mim, *frater* [irmão/frade] Francisco começar a fazer penitência: já que, quando eu estava em pecado, parecia-me muito amargo ver os leprosos; e o mesmo Senhor me conduziu em meio a eles e fez com eles a misericórdia. E, distanciando para junto deles, o que me parecia amargo se transformou para mim em doçura da alma e do corpo. E um pouco depois fiquei e saí do século”.

A obra da graça divina transforma os valores do mundo: a amargura envolvente diante da visão de corpos destroçados por uma doença terrível não mais o é depois de ter convivido com os leprosos e experimentado piedade e compaixão para com eles. Isso provoca um breve período de “ponderação” e a decisão de “sair do século”, isto é, levar uma vida em que os únicos valores a seguir eram aqueles do evangelho, aceitando todas as consequências radicais e não lineares disso. Começava assim o atribulado caminho para a submissão a todas as criaturas, para o franciscanismo subordinativo.

A ação da graça divina, depois de tê-lo conduzido para o meio dos leprosos, “dá” a Francisco de Assis uma “tal fé nas igrejas” que o leva a pregar e dizer “com simplicidade” uma oração tirada do Ofício da festa da Santa Cruz: “*Senhor Jesus Cristo te adoramos, também em todas as tuas igrejas em todas as partes do mundo, e te bendizemos, porque através da tua santa cruz redimiste o mundo*”.

As construções materiais que tornam 'atual' o Cristo e Seu sacrifício na cruz se voltam aos sacerdotes “que vivem segundo a forma da santa Igreja romana”, ou seja, a instituição que conserva a “sua ordem”: parece que se poderia ser sacerdote, de modo pleno e legítimo, somente através da conferência da ordem presbiterial por parte da Igreja Romana. Irmão Francisco declara, então, que a Graça divina lhe “deu” e lhe “dá” tanta “fé” para suportar deles até mesmo formas de “perseguição”, que nunca lhe impedirão, de qualquer forma, de dirigir-se e “recorrer” a eles.

São declarações laboriosas e constitutivas do *franciscanismo subordinativo* de irmão Francisco. A subordinação vale, de qualquer modo e sempre, também caso se trate de “sacerdotes pobrezinhos”, que também são os protetores da Palavra: cujo anúncio “nas paróquias” não pode acontecer sem a autorização deles, ainda que quem pretenda pregar seja dotado de uma cultura superior, semelhante até mesmo

aquele de Salomão, símbolo máximo da “sabedoria”. Enfim, irmão Francisco pretende “amar e honrar” os sacerdotes, qualquer seja o nível intelectual e moral que eles tenham, como se fossem “seus senhores”.

Todas essas afirmações, de não pouco peso, demandam avaliação e meditação de modo acurado. Qual a razão que está no fundo? Falaremos dela, continuando a analisar de modo pontual o Testamento de irmão Francisco.

Depois de ter declarado a sua total submissão aos “sacerdotes que vivem segundo a forma da santa Igreja Romana”, também para aqueles “pobrezinhos”, irmão Francisco se lança a uma afirmação que não permite dúvidas: “E a eles e a todos os outros quero temer, amar e honrar, como meus senhores”. Por que essas palavras? A resposta está no seguinte, que acentua a dimensão subordinativa. “E não quero considerar neles o pecado, já que neles vejo o Filho de Deus, e são os meus senhores”: a “senhoria” do Cristo se transfere para os sacerdotes. A razão de fundo consiste em uma fé eucarística totalizante: irmão Francisco não vê neste mundo nada de corpóreo (“*corporaliter*”) do Altíssimo Filho de Deus “se não o santíssimo corpo e o santíssimo sangue seus” como se concretiza na celebração eucarística, que é prerrogativa exclusiva do sacerdócio, ou seja dos sacerdotes que celebram a eucaristia e administram-na aos outros.

Pelo fato central da Encarnação que se renova na corporeidade das espécies eucarísticas, na experiência e nas convicções de irmão Francisco, a realidade sacerdotal transcende a individualidade do padre em si, cujos comportamentos humanos passam para o segundo plano ou mesmo se tornam insignificantes diante da ordem recebida por eles “segundo a forma da santa Igreja Romana”, determinada como guardiã institucional da autêntica tradição cristã. Em irmão Francisco há uma necessidade premente de “concretude divina” que somente o pão e o vinho consagrados são capazes de satisfazer, porque somente eles dão uma visibilidade “neste século” ao divino, que se exprime nos “santíssimos mistérios”: para os quais, acima de todas as coisas nutre veneração e para os quais prevê a colocação em “lugares preciosos”. Pareceria, então, que o “bem” e o “belo” aqui coincidam, porque ambos fazem parte da positividade das *coisas* criadas.

A necessidade de “concretude divina” de irmão Francisco e o conseqüente respeito a tudo o que é sinal daquela concretude, se manifestam também na veneração particular dos “santíssimos nomes e palavras escritas”, que devem ser colocados “em um lugar honesto” quando forem achados “em lugares indignos”. A passagem das *coisas* à Palavra requer o discurso sobre “todos os teólogos e aqueles que administram as santíssimas palavras divinas”, para os quais é preciso nutrir honra e veneração, já que são “aqueles que nos administram o espírito e a vida”. Essas últimas palavras remontam ao evangelho de João (6, 63: O Espírito é que dá a vida, a carne de nada serve. As palavras que eu vos tenho dito são espírito e vida).

As frases finais da primeira parte do Testamento demandam que sejam ponderadas com atenção, justamente na relação entre a visibilidade das formas escritas que se referem ao Divino e às palavras ditas que alimentam a vida evangélica. A

rigidez da representação escrita se vivifica na escuta da Palavra, cujos “especialistas” tem o altíssimo e laborioso ofício de dar, distribuir aos outros as *palavras que são espírito e vida*. Como a tarefa deles é específica, exaltada – atente-se – por um homem que se declarava “idiota”, ou seja, pessoa simples e priva de instrução. Todavia, não se esqueça que irmão Francisco já tinha colocado em guarda aqueles que tivessem “tanta sabedoria quanto Salomão” para não se sentirem “superiores” ao último dos sacerdotes “pobrezinhos”. A reflexão e o estudo da Escritura não são um exercício intelectual e uma forma de afirmação pessoal, mas sim um serviço que renova a eficácia salvífica das palavras da *boa nova*.

Após a lembrança da sua conversão e da sua “fé” nas igrejas e nos sacerdotes, com a afirmação da centralidade da eucaristia e da Palavra de Deus, irmão Francisco concentra o seu discurso sobre a passagem da dimensão pessoal da experiência religiosa àquela fraternal. Também a chegada inesperada de irmãos/frades está ligada a um dom da Graça: “E depois que Deus me deu irmãos...”. Pareceria que irmão Francisco não tivesse nenhuma intenção de encontrar companheiros na sua aventura religiosa, tanto que não tinha ideia sobre a fisionomia a dar à nova pequena fraternidade reunida em volta dele, nem de receber sugestões adequadas para encontrar alguma solução institucional que o satisfizesse: “Ninguém me mostrava o que eu devia fazer”. Mais uma vez vem à mente a Graça de Deus: “Mas o próprio Altíssimo me revelou que devia viver segundo o modelo do santo evangelho”. O verdadeiro *revelavit/rivelò* não deve ser entendido no sentido que conduza a um tipo de “iluminação mística”, mas de maneira concreta: ou seja, são as Graças divinas e a descoberta do evangelho que lhe indicam viver segundo o evangelho. Deus se revela através do evangelho e o evangelho é revelação de Deus.

A decisão de “viver segundo o modelo do santo evangelho” é definitiva e abrangente. Não pode ficar só em uma declaração de intenções. Precisa ser formalizada. Por isso irmão Francisco faz fixar no texto o seu propósito de vida “com poucas palavras e de modo simples” e se dirige ao papa para que este o “confirme”: “E eu com poucas palavras e de modo simples fiz escrevê-lo e o senhor papa mo confirmou”. As expressões lacônicas do Testamento, que deixam subentendido um momento decisivo da existência da primitiva fraternidade que se reunira entorno a irmão Francisco, colocam várias interrogações de certo valor e de solução não tão fácil. Por que dirigir-se ao vértice da catolicidade romana? Por que não limitar-se à aprovação do bispo de Assis? As perguntas se multiplicam. Por que não seguir uma das tantas formas institucionais nas quais era disciplinada a vida religiosa? Por que esta forte consciência da própria “novidade”?

A escolha de “viver segundo o modelo do santo evangelho”, reconhecida pelo papa, que em 1209 era Inocêncio III, abre uma nova fase na vida dos irmãos/frades de irmão Francisco: aliás uma nova perspectiva de vida tanto para quem já estava na fraternidade quanto para “aqueles que vinham a seguir a vida” do evangelho. A vida comportava o completo despojamento de qualquer bem possuído, que era dado aos pobres. A pobreza se tornava um sinal externo que se exprimia em ter uma única

túnica remendada “por dentro e por fora”, com um cordão e um par de roupas de baixo. Este era o haver necessário e suficiente: não se precisava nem se desejava nada.

Com os irmãos/grades da primeira fraternidade, os irmãos/grades da nova geração vivem entre a oração e o trabalho. Entre eles há os “clérigos” - entre os quais irmão Francisco – que, seguindo uma práxis clerical, dizem o Ofício, enquanto os “leigos” rezam o *Pai Nosso*. Não tem sedes estáveis. Em sua itinerância pousam “de bom grado” nas igrejas. Não tem identidade precisa né uma posição social particular: “E éramos idiotas e submissos a todos”. A palavra *idiotas* ligada a *submissos a todos* indica uma colocação em nível ínfimo na sociedade e na Igreja: poderia se dizer até que uma não-colocação. Daqui a conseqüente escolha de trabalhar, ou seja, de buscar o sustento dia após dia. O próprio irmão Francisco se lembra de ter trabalhado com as mãos e reafirma de “ter que trabalhar”, estendendo o presente convite aos outros irmãos/grades a fim de que “façam um pequeno trabalho, que não seja contrário à honestidade”. *Pequeno trabalho/laboricium* é uma ocupação saltuária, momentânea, de pouca importância.

Os *pequenos trabalhos* dos quais se ocupavam os “irmãos/grades” (do presente e do futuro), não deviam estar distantes da salvação eterna, mas constituir um meio para ser dignos dela e um estímulo exemplar para os outros: na subordinação a toda criatura e, logo, também através dos pequenos trabalhos destinados à sobrevivência, ou seja, através da precariedade de pequenos trabalhos para ter o pão e algum acompanhamento quotidianos. Tudo isso no interior de um testemunho cristão que demonstrava como os “irmãos/grades”, não diferentemente dos pássaros do céu e das flores do campo, colocassem totalmente a sua própria “vontade na vontade do Pai”.

Provoca uma surpresa inicial que irmão Francisco, depois de ter lembrado de compartilhar a condição dos “clérigos” da sua fraternidade e de respeitar os seus deveres rituais, se lembre de ter sempre trabalhado e de querer trabalhar ainda, não obstante – grifo nosso – as doenças que tinham enfraquecido muito o seu corpo: “E eu, com as minhas mãos, trabalhava e quero trabalhar; e firmemente quero que todos os outros irmãos trabalhem em um pequeno trabalho que seja honesto”. A surpresa é menor quando se pensa que esta firme intenção vem depois da declaração “E éramos indivíduos insignificantes e submetidos a todos”. O compartilhamento da condição dos últimos da sociedade implica não ter nenhuma segurança material e de procurar os meios para a própria subsistência com a fadiga das próprias mãos: através de uma atividade que irmão Francisco define *laboritium*, isto é através de pequenos trabalhos de nenhuma importância social e econômica, que de qualquer forma não se distanciem da *honestidade*, da coerência evangélica, do “viver segundo o modelo do santo evangelho”. A perspectiva é confirmada pelas palavras que seguem no Testamento: “Aqueles que não sabem trabalhar aprendam, não pela avidez de receber a recompensa pelo trabalho, mas para dar o exemplo e para espantar a ociosidade”.

Os irmãos estejam ocupados em respeitar o elemento característico da vida dos últimos, aqueles que dão sem receber senão o mínimo indispensável para a sobrevivência, aqueles que quando arriscam até a não receber o pouco que lhes toca: “E quando não nos será dada recompensa pelo trabalho, recorramos à mesa do Senhor, pedindo esmola de porta em porta”. Eis como os irmãos devem se colocar, até o fundo, na condição dos últimos, aqueles que são obrigados a recorrer à esmola, esplendidamente definida *mesa do Senhor*. Bater de porta em porta para pedir esmola é um ato de subordinação total à vontade dos outros, aos quais, por isso, se deve dirigir a saudação “O Senhor te dê a paz”, quase como se tratasse da única oferta possível para quem não tem nada mais e nada espera senão representar um sinal insignificante da presença divina.

“Reservem-se os irmãos de não receber igrejas, casas pobres e todas as coisas que são construídas por eles, se não sejam como convém à santa pobreza que prometemos à Regra, sempre ficando ali como forasteiros e peregrinos”. A admoestação – que também é uma exortação – de irmão Francisco insiste sobre o fato de que os seus irmãos/frades conservem a condição dos últimos, que não tem nada e que o pouco com que conduzem a própria existência seja marcado pela pobreza. Esta, porém, para os irmãos/frades é uma escolha voluntária, que deve ser constantemente confirmada nas dimensões materiais e no modo de ser. Os “forasteiros e peregrinos” não tem referências estáveis e seguras: sua condição é a precariedade, é a instabilidade. Os “forasteiros e peregrinos” são indefesos. Entende-se, pois, as palavras que seguem no Testamento: “Firmemente comando para obediência de todos os irmãos que, onde quer que estejam, não ousem por si ou por pessoa preposta, pedir nenhuma carta à cúria romana, nem a favor de uma igreja, nem a favor de um outro lugar, nem pela pregação, nem por causa da perseguição de seus corpos; mas onde não forem acolhidos, fujam para uma outra terra para fazer penitência com a bênção de Deus”. Essas palavras requerem um comentário nem rápido nem superficial. É preciso lê-las e relê-las com calma e atenção: para poder voltar a elas com o devido conhecimento. Aqui um único e provisório destaque sobre o aparecimento da distinção entre a *santa Igreja romana* e a *cúria romana*. Por tal distinção?

Depois de ter colocado em guarda os seus irmãos/frade a respeito de cada ato institucional que lhes garantisse e lhes protegesse, distinguindo-os, assim, daqueles que não gozavam de nenhuma garantia ou proteção, irmão Francisco exprime uma vontade decidida de renúncia à própria vontade: “E firmemente quero obedecer ao ministro geral desta fraternidade e ao guardião que quiser me oferecer. E quero ser tomado em suas mãos de modo a não poder ir ou fazer além da obediência e da sua vontade, porque é o meu senhor”. Então, são duas as “autoridades” a quem irmão Francisco se submete: o ministro geral e o guardião. Uma é uma autoridade que compreende toda a fraternidade (observe-se, fraternidade, e não Ordem) dos frades Menores; a outra é uma autoridade privada exercida pelo irmão/frade que desempenha a função de ministro local. Tais palavras e conceitos, com toda probabilidade,

valem como indicação exemplar para todos os irmãos/fracos que, por sua vez, devem confiar-se às duas autoridades, em total submissão e disponibilidade à obediência. Nesse sentido, a vontade de irmão Francisco deve se tornar e ser a vontade de todos os outros irmãos/fracos. Entende-se isso muito bem nas palavras que seguem: “E ainda que eu seja simples e enfermo, todavia sempre quero ter um clérigo que me faça o ofício como está contido na Regra. E todos os outros irmãos assim considerem obedecer aos seus guardiões e a fazer o ofício segundo a Regra”. Não se trata, pois, somente de uma questão de disciplina interna de uma organização religiosa. Submissão e obediência estão em função da “vida segundo o santo evangelho”, que prevê uma colocação social e eclesial nos últimos níveis, mas que não termina em uma escolha existencial de puro testemunho de pobreza: ela é funcional à oração e ao louvor ao Senhor, que conhecem a sua regulação quotidiana na reza do ofício, mesmo para quem não se ache em condições físicas que lhe consentam exercer pessoalmente a oração e o louvor. Então irmão Francisco, enquanto “clérigo”, não obstante as próprias condições de saúde, quer participar do louvor e da oração, que toca aos irmãos/fracos clérigos, pedindo a um irmão/fraco que esteja próximo a ele e “faça-lhe o ofício”.

Depois de ter declarado a plena submissão aos “ministros” da sua fraternidade e o seu empenho constante na oração, não obstante as próprias condições de saúde de certo insatisfatórias, no Testamento irmão Francisco convida os outros irmãos/fracos a seguir o seu exemplo de obediência e de respeito da reza do ofício. Seguem algumas indicações que despertam, à primeira vista, uma surpreendente perplexidade: “E aqueles que forem encontrados não fazendo o ofício segundo a regra e queiram de algum modo modificá-lo ou não sejam católicos, todos os irmãos, onde quer que estejam, por obediência sejam obrigados a entregar alguns deles, onde quer que o tenham encontrado, ao guardião mais próximo do lugar onde o encontraram. E o guardião seja firmemente imposto pela obediência a guardá-lo perto de si, dia e noite como um homem preso, de modo que não se possa subtraí-lo das suas mãos, para que pessoalmente o entregue nas mãos do seu ministro. E o ministro seja firmemente imposto pela obediência a confiá-lo aos irmãos, que o guardem dia e noite como um homem preso, para que apresentem diante do senhor de Ostiense, que é o senhor protetor e corretor de toda a fraternidade”.

Irmão Francisco, então, ficou muito preocupado que algum irmão/fraco rompesse a disciplina que regula uniformemente o exercício da oração fraternal ou então que concerne ao respeito dos caracteres e limites da tradição eclesial, sacramental e teológica definida como “católica”, transmitida e garantida – é preciso acrescentar – pela Igreja romana. Não é por acaso que muitos estudiosos tenham traduzido a expressão latina “*non catholici*” com a palavra italiana “*eretici*”. Pode ser que eles tenham razão. Todavia irmão Francisco utiliza “*non catholici*”, e não “*haeretici*”. Em todo caso, ele é muito preocupado por possíveis “desvios” litúrgicos, eclesialógicos, sacramentais e teológicos pelos próprios irmãos/fracos: tanto que prevê para

os “desviadores” um procedimento repressivo que surpreende pela sua dureza e inflexibilidade. O “desviador” deve ser imediatamente isolado dos outros irmãos/frades e contido com firmeza, do primeiro momento até a entrega ao cardeal “protetor” Ugolino d'Ostia, ao qual compete exclusivamente o juízo e a intervenção repressiva. A evidente preocupação é que os irmãos/frades defendam, com prontidão e com rigor, a fraternidade dos “desviadores”, sem, porém, intervir em primeira pessoa na qualidade de juizes dos outros irmãos/frades, nem exercitar alguma forma de punição. Quem tem tal autoridade é um prelado externo à fraternidade. A questão que se impõe é a seguinte: em que lógica se inspira a solução repressiva avançada no Testamento?

Depois de ter enunciado os procedimentos, por assim dizer, disciplinares em referência aos irmãos/frades que “sejam pegos em não fazer o ofício segundo a regra e queiram de algum modo modificá-lo ou não sejam católicos”, irmão Francisco, quase temendo de ser levado muito além no plano “jurídico”, faz uma precisão importante: “E que os irmãos não digam: Esta é uma outra regra: porque esta é a lembrança, admoestação, exortação e meu testamento, que eu, irmão Francisco pequeno, faço a vós, meus irmãos benditos, para isto: para que observemos melhor catolicamente a regra que prometemos ao Senhor”.

Essas importantes e laboriosas afirmações querem esclarecer o sentido profundo da escrita final de um homem que sentia não distante o próprio fim terreno e que, lembramos, não tinha nenhum cargo diretivo na Ordem dos frades Menores. Mesmo assim, ele era irmão Francisco, aquele que mesmo *parvus*/pequeno tinha que deixar para os seus irmãos/frades – provavelmente sobretudo para aqueles que não o conheceram em vida e para aqueles que não poderiam conhecê-lo pessoalmente no futuro – uma série de indicações em forma de “lembrança, admoestação, exortação”, que todas juntas constituíam o seu “testamento”: ou seja o legado que foi justamente definido como “a herança difícil”. Difícil era seguir o “franciscanismo subordinativo” de irmão Francisco, que coincide com a sequela de Cristo: uma sequela que deve acontecer na observância mais rigorosa possível da tradição católica (“*melius catholice*”), vale dizer a tradição da plena ortodoxia teológica e sacramental da qual era protetora e guardiã a Igreja Romana; uma sequela que coincide com os conteúdos rigorosos da regra, que os irmãos/frades prometeram, prometem e prometerão “ao Senhor”.

O Testamento está chegando ao final. Irmão Francisco dirige um convite obrigatório (“que sejam guardados por obediência”) ao “ministro geral e a todos os outros ministros e responsáveis” para que não acrescentem nem tirem nada nas palavras do Testamento. A preocupação é evidente e é reiterada poucas linhas depois, quando o próprio irmão Francisco “comanda firmemente por obediência que não se façam glosas na Regra nem” nas palavras do Testamento “dizendo: Assim devem ser interpretadas”. O comando é dirigido, desta vez, a “todos os seus irmãos clérigos e leigos” e – acrescentamos – sobretudo àqueles irmãos/frades que por capacidades e vontades intelectuais e culturais tinham familiaridade com as técnicas da glosa. A preocupação

sobre qualquer manipulação do texto se enriquece com a preocupação a respeito dos possíveis comentários (glosas) que intervissem para “interpretar” as palavras dos dois documentos, Testamento e Regra, considerados absolutamente conotativos da experiência religiosa – para o passado, o presente e o futuro – dos irmãos/grades Menores. Irmão Francisco quer que um acompanhe “sempre” o outro e que “em todos os capítulos” que se sustentem e se sustentarão quando se lê a Palavra, se leia “também” o Testamento. A leitura deve respeitar os textos sem acréscimos ou subtrações ou sem qualquer comentário. “Mas como o Senhor me deu de dizer e escrever a Regra e estas palavras de modo simples e puro, assim de modo simples e sem glosa entendam-nas e com santo agir observem-nas até o fim”. Mais uma vez irmão Francisco se refere a Deus, aliás a um dom de Deus – à obra da Graça, poderíamos afirmar – a peculiaridade da sua experiência religiosa que se traduz e se transmite *também* através das palavras ditas e escritas. Trata-se de palavras não ambíguas, de inspiração “divina” e, portanto, que não necessitam de integrações explicativas. A radicalidade evangélica consiste *também* na não ambiguidade da linguagem e na consequente coerência dos comportamentos.

O Testamento de irmão Francisco se conclui com palavras que denotam uma certeza: “quem quer que observará” o que foi escrito em precedência “seja pleno da bênção do altíssimo Pai e na terra seja pleno da bênção de seu dileto Filho com o santíssimo Espírito Paraclito e todas as virtudes dos céus e todos os santos”. A certeza de irmão Francisco é de ter fornecido indicações perfeitamente em consonância com a decisão de “viver segundo o modelo do santo evangelho”, como lhe tinha sido “revelado” pelo próprio Altíssimo. O caminho para a salvação e a alegria eterna era indicado de modo claro, por mais que seja difícil persegui-la. A indicação valia para os frades Menores do presente e do futuro que deveriam ter sempre presente o “seu” testamento enquanto “lembrança, admoestação e exortação”: a “vida” e a palavra de irmão Francisco se faziam paradigma de autenticidade.

“E eu, irmão Francisco pequeno, vosso servo, naquilo que posso, vos confirmo dentro e fora desta santíssima bênção”: é a saudação final, quase o extremo ato de *serviço* que irmão Francisco cumpre em relação a seus irmãos/grades. Aqui também nasce aquela “herança difícil” - uma herança que não comporta nada de material – com a qual as gerações de frades Menores tiveram, pouco a pouco, prestar contas e que ainda hoje age na vida de que decide unir-se àquela “herança difícil” e de experimentar na contemporaneidade os elementos constitutivos.

*Artigo recebido em 31 de maio de 2016.
Aprovado em 29 de junho de 2016.*